

INCIDÊNCIA DA NORMA JURÍDICA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE AVATARES DENTRO DO METAVERSO (APOIO UNIP)

Alunos: Ian Silva de Andrade e Matheus Pereira da Silva

Orientadora: Profa. Ma. Renata Cristina Muller

Curso: Direito

Campus: Tatuapé

Trata-se de pesquisa que visou à análise da viabilidade da incidência de normas jurídicas, original e historicamente previstas, para regular fatos ocorridos no mundo real-social-material, sobre as relações estabelecidas entre avatares dentro da plataforma denominada Metaverso. Para tanto, após a definição desse ambiente, descreveu-se como ordinariamente funciona o procedimento de incidência das normas jurídicas. Em seguida, foram apresentadas as justificativas da subsunção dos fatos ocorridos em ambientes virtuais ao ordenamento jurídico e foram elencados os requisitos para que essa incidência fosse possível, sendo um deles a produção de consequências no mundo real-social. Assim, por meio do método de abordagem hipotético-dedutivo, concluiu-se que é possível e necessário fazer o Direito incidir também sobre as relações estabelecidas em ambientes virtuais, incluindo o Metaverso, principalmente em virtude do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, elencado no Art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Isso posto, em virtude dos fundamentos teóricos delimitados, além do resguardo constitucional, constatou-se que o Estado, também através do Poder Judiciário, está presente no Metaverso, regulando as condutas dos avatares, ao contrário do que se poderia ter imaginado.